

## RESENHAS

**BOLOTIN, David.** *An Approach to Aristotle's Physics (with particular attention to his manner of writing)*  
New York, SUNY Press, 1998.

Lucas Angione\*

O estilo dos escritos aristotélicos apresenta grandes dificuldades para os intérpretes. Até meados do século passado, predominava a visão de que Aristóteles teria escrito verdadeiros tratados, cuja configuração interna obedeceria ao claro objetivo de expor teses em argumentos limpidamente ordenados, que pudessem ser lidos e compreendidos por qualquer leitor. Mas esse retrato veio paulatinamente se esboroando. Inicialmente, flagrantes contradições no presumido "sistema" vieram a pôr em dúvida a unidade e coerência interna de alguns destes tratados<sup>1</sup>. Não obstante, continuava-se ainda a acreditar num modo de exposição similar a um tratado moderno: as contradições atestariam apenas a esquizofrenia platônico-asclepiada de Aristóteles, indeciso (e inconsistente) entre sua tendência racionalista e sua tendência empirista<sup>2</sup>. Aos poucos, no entanto, parâmetros mais refinados de exegese permitiram retornar a uma percepção que, de certo modo, já estava presente nos comentadores gregos e medievais. A saber: ainda que tenha escrito obras unificadas por objetivos e horizontes claramente determinados, Aristóteles nos exhibe um estilo argumentativo parcimonioso, elíptico, às vezes cabalmente obscuro, de modo que

\* Professor Adjunto no Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>1</sup> Um marco nesse processo de mudança interpretativa é a obra de Jaeger, *Aristoteles*, publicada em 1923 e traduzida para o inglês em 1948.

<sup>2</sup> Esta é a posição de Le Blond em *Logique et méthode chez Aristote*, 1939.

difícilmente poderíamos imaginá-lo como um escritor que, expondo suas teses, estaria pensando na legibilidade de seus escritos para um leitor qualquer – o próprio título da *Física*, *Physike Akroasis*, deixa clara a percepção antiga de que o texto apresentava um “curso” destinado aos colaboradores de Aristóteles.

De fato, os textos aristotélicos nos perturbam com argumentações espinhosas e concisas. Não são raras as conclusões que, ao menos inicialmente, se nos afiguram como extrapolações, dificilmente fundamentadas pelas linhas anteriores do texto. São também freqüentes as simplificações, a inadequação dos exemplos introduzidos para elucidar um argumento, e sobretudo, a absoluta maleabilidade no uso da terminologia. Assim sendo, não é raro que, ao intérprete do texto, escape totalmente a tese que realmente está sendo defendida por Aristóteles. Muitas vezes atribuiu-se a Aristóteles teses que lhe são alheias e, o que é mais grave, muitas vezes atribuíram-se-lhe justamente as teses que ele cuidava combater.

Diante desse quadro, o livro de Bolotin nos oferece uma inusitada alternativa exegética: o autor sustenta que o estilo da *Física* seria pautado por uma “maneira enganadora de escrever” (“deceptive manner of writing”, p. 150), pela qual Aristóteles deliberadamente forjaria uma distância entre seus argumentos iniciais – todos eles de acordo com as intuições mais imediatas do senso comum ordinário – e as teses que ele verdadeiramente defenderia. O objetivo dessa ardilosa estratégia de “ocultamento” e sucessivo “desvelamento” seria produzir certas “acomodações retóricas” (p. 149) destinadas a promover a aceitação pública do empreendimento científico de Aristóteles. Bolotin entende que o ambiente político da época seria adverso à investigação das coisas naturais, obrigando Aristóteles a se esforçar por tornar palatável ao senso comum as novas teses a serem defendidas pela emergente ciência da natureza. Assim, o resultado final dessa estratégia consistiria num sinuoso andamento argumentativo, em que Aristóteles primeiramente aparentaria defender as opiniões pré-científicas do senso comum, para somente depois, uma vez apaziguado o preconceito contra a ciência da natureza, argumentar em favor de suas verdadeiras teses e doutrinas a respeito dos fenômenos naturais.

Em seu todo, o livro se subdivide em cinco capítulos, nos quais Bolotin atribui a Aristóteles aplicações particulares dessa estratégia ardilosa. Convém oferecer um quadro comparativo entre a doutrina real de Aristóteles e as teses que ele inicialmente aparentara defender. Assim, listamos a seguir as sucessivas acomodações retóricas, indicando com a numeração com asteriscos (...\*) a respectiva tese que Aristóteles realmente defenderia em substituição à sua aparente posição inicial:

(1) a tese da eternidade do mundo;

(1\*) a indecidibilidade dessa mesma questão.

(2) a tese de que haveria um único e mesmo substrato para todo devir, isto é, uma matéria prima (embora Bolotin não use esta expressão).

(2\*) a tese de que há um substrato particular e perecível para cada devir.

(3) a existência de formas eternas e imutáveis.

(3\*) a doutrina de que a forma não é senão a própria coisa;

(4) a teleologia generalizada para todo o universo e psicologizada, isto é, concebida antropomórfica e antropocentricamente, segundo o modelo da ação consciente com vista a fins;

(4\*) a doutrina da teleologia funcional restrita à biologia.

(5) a tese de que o contínuo seria a estrutura da realidade para além do que podemos perceber;

(5\*) ponderação quase kantiana de que o verdadeiro “em si” seria aquilo que podemos perceber, e não aquilo que está além de nossa percepção.

(6) a tese de que os lugares denominados de *alto e baixo* seriam características objetivas do mundo, e não apenas aparências válidas restritamente “para nós”.

(6\*) a tese de que os lugares *alto e baixo* seriam determinados apenas em função de um “todo” que equivaleria ao “todo experienciado pelo homem”.

(7) a doutrina dos lugares naturais, coroada pela tese de que a Terra estaria imóvel no centro do universo.

(7\*) ponderação quase kantiana a respeito da nossa perspectiva humana, que seria a melhor para se compreender o objeto natural.

O leitor certamente se surpreenderá com alguns destes contrastes, sobretudo com aqueles que sugerem, contra todo o costume da tradição interpretativa, um Aristóteles epistemologicamente crítico com relação à experiência humana mais ordinária. Na verdade, embora a interpretação de Bolotin mereça várias críticas quanto à sua orientação geral e quanto à sua execução argumentativa, creio que podemos avaliar diferenciadamente vários dos pontos acima listados. Em alguns casos, é altamente discutível a própria tese (\_\_\_\*) que Bolotin quer atribuir a Aristóteles. Em outros casos, porém, Bolotin atribui a Aristóteles posições filosóficas a respeito das quais cresce o consenso entre os intérpretes - como no caso do subjacente e da teleologia. Não obstante, nestes casos, é altamente discutível a estratégia sinuosa que Bolotin pretende detectar na argumentação aristotélica. Algumas das acomodações retóricas pretendidas por Bolotin são apenas frutos de interpretação artificiosa ou, em certos casos, absolutamente desatenta ao andamento argumentativo do texto.

Tomemos o caso da teleologia. Bolotin conclui (p. 47) que a verdadeira teleologia aristotélica deve ser entendida no âmbito da biologia: as funções vitais dos seres vivos são assumidas como princípios a partir dos quais se explicam as contribuições e condições das partes materiais. Essa teleologia funcional inclusive (p. 48) independeria da questão a respeito da origem última do mundo (se é obra do acaso ou de um propósito). A aparente concepção da teleologia segundo um psicologismo centrado na ação consciente seria apenas uma "accomodation to popular views" (p. 48). Neste particular, Bolotin tem o mérito de preservar Aristóteles da acusação de cometer uma falácia extrapolativa em II 8, no célebre argumento que parece postular como premissa uma disjunção exaustiva entre acaso e teleologia (198b 32- 199a 8) e concluir que, afinal, a chuva cai para o bem do homem e para o melhor dos mundos. Bolotin sustenta (p. 45-6) que Aristóteles *advertidamente* funda essa premissa *unicamente na opinião comum*, a fim de deixar patente a sua dubiedade. Essa apreciação da teleologia aristotélica está de acordo com vários estudos detalhados e meticulosos empreendidos nas

últimas décadas<sup>3</sup>. Mas Bolotin exagera quanto aos ardis da exposição aristotélica.

Na p. 39, por exemplo, o autor afirma que no trecho 198a 5-12, ao mencionar juntamente Natureza e *Nous* como anteriores ao acaso, Aristóteles parece deliberadamente sugerir que a Natureza por si só, sem o *Nous*, seria incapaz de “agir em vista de um propósito” (“act for a purpose”), de modo que toda e qualquer teleologia natural, nesse sentido, não poderia se dar a não ser antropomorficamente, mediante uma inteligência que perceberia certos fins como bons.

Na p. 40, por sua vez, ele sugere que haveria no texto aristotélico uma tentação em equacionar *causas não-naturais e formas imperecíveis* e mesmo *formas na mente de um deus*. Entretanto, essas sugestões são extremamente discutíveis: longe de se respaldar suficientemente em indícios no texto, elas derivam muito mais do *élan* do autor em provar a intuição geral inicialmente assumida.

No entanto, é com o capítulo 7 da *Física* que Bolotin incorre em problemas interpretativos mais graves. É razoável pretender que, para Aristóteles, não há um único e mesmo substrato para todo e qualquer devir, nos moldes da tradicional matéria prima – sobre esse ponto, o consenso vem crescendo nos últimos anos. Entretanto, Bolotin pretende que Aristóteles, no livro I da *Física*, teria enfrentado o problema do devir com uma primeira resposta “aparente” que se comprometeria com a noção de um substrato único. Mas o único indício que Bolotin oferece para provar esse aparente comprometimento de Aristóteles com a tese de um substrato único consiste na premissa de que “o substrato é *um em número*” (190a 15-6, b 24). Bolotin entende essa frase como algo equivalente a “há um único e mesmo Substrato para todo e qualquer devir”, como se Aristóteles estivesse enunciando a premissa geral das teorias monistas de alguns de seus antecessores.

<sup>3</sup> Podemos dizer que a posição mais consistente sobre o assunto encontra-se em Balme, D. M. “Teleology and necessity”, in Gotthelf, A. & Lennox J. (edd.), *Philosophical Issues in Aristotle's Biology*, Cambridge University Press, 1987, p. 275-285. Apesar de divergências, concordam com o núcleo da perspectiva de Balme diversos especialistas, dentre os quais podemos citar James Lennox, Allan Gotthelf, John Cooper, David Charles e outros.

No entanto, creio que o leitor exigente do texto aristotélico, acostumado com o jargão, percebe que, no referido trecho, Aristóteles apenas estabelece a distinção entre, de um lado, a *unidade material* (em jargão: "*arithmoi hen*") do substrato que subjaz a um processo qualquer e, de outro lado, a *pluralidade formal* de determinações que constituem esse substrato, e pelas quais ele pode ser diversamente descrito. Sócrates é um indivíduo da espécie humana, com vários atributos acidentais. Em vista da descrição apropriada de seu processo de instrução, selecionamos dele a determinação *ser inculto*: Sócrates inculto pré-existe ao processo de devir, como *terminus a quo*, mas Sócrates inculto, apesar da pluralidade envolvida nessa descrição, é *uma coisa única*, e não duas coisas justapostas (Sócrates e o inculto). É apenas isso que Aristóteles quer dizer.

Eis outro problema: na p. 17, Bolotin afirma que conforme a "primeira solução" aduzida em I 7 nada ainda poderia impedir que houvesse um devir tal como propunham os monistas: uma única substância, cujas afecções de superfície explicariam os fenômenos. Desse modo, o Substrato único poderia receber agora a forma do cão e logo depois a forma do cavalo. Daí, Bolotin infere que a solução de I 7 é apenas uma acomodação provisória promovida pela retórica de Aristóteles. Mas essa estratégia de exposição que Bolotin pretende discernir não se encontra no texto aristotélico, pois já no capítulo I 5 Aristóteles havia determinado que o devir só é possível entre contrários e intermediários homogêneos. Ora, como a forma substancial "cavalo" não tem contrário, segue-se que o modelo monista de um único substrato com modificações acidentais já se encontra afastado desde I 5 (ainda que os argumentos de Aristóteles para tal efeito sejam definitivamente aprimorados no livro II).

Mas além desses detalhes, podemos apontar ainda algumas lacunas mais amplas no argumento de Bolotin. A meu ver, o autor exagera a adversidade política do século IV ateniense contra a ciência natural, fornecendo como único indício o fato de que, na acusação contra Sócrates (em 399 a.C.), mencionava-se o intento de destruir as crenças religiosas da tradição pela pesquisa das causas naturais. No entanto, esse fato histórico, por si só, não nos permite falar de maneira generalizada em "medo de perseguição" (cf. p. 150, "fear of

persecution”), como se Aristóteles, temendo o ambiente politicamente adverso, tivesse sido obrigado a ocultar suas verdadeiras teses por trás de concessões retóricas ao senso comum. E como é Bolotin que introduz esse painel, que está longe de ser uma trivialidade admissível por todos, cabe a ele o ônus da prova.

Por outro lado, do ponto de vista da fundamentação histórica, Bolotin é pouco exigente ao oferecer um quadro das “crenças populares” contra as quais a investigação da natureza teria de abrir caminho. Será que o cidadão ateniense do século IV, como quer Bolotin, não admitia que o mundo poderia não ser eterno, mas ter tido um começo casual? Contra Bolotin, temos dois indícios: de um lado, o ceticismo religioso instilado pela experiência sofisticada no século V, de outro, a própria tradição mitológica dos gregos, na qual predomina o puro *capricho* dos deuses. Mais adiante, Bolotin discrimina a “teologia milagreira” de Homero e Hesíodo como um adversário contra a qual Aristóteles teria exagerado o grau de inteligibilidade do mundo natural (p. 152). Assim, o conjunto dos adversários de Aristóteles torna-se uma miscelânea confusa. Não há nenhuma conexão *a priori* entre, de um lado, a rejeição da casualidade e, de outro, e a crença otimista em milagres. As relações entre esses tipos de visão de mundo deveriam ser melhor explicitadas, mas Bolotin não as explicita, tampouco procura discernir, no ideário público da Atenas contemporânea a Aristóteles, quais seriam as concepções religiosas, cosmológicas, etc., que em princípio estorvariam qualquer empreendimento de investigação natural. Ora, novamente, é a ele que caberia o ônus da prova.

Mas talvez o grande problema do livro seja a sua tentativa de salvar Aristóteles como um “autor”, no sentido forte do termo. O estilo do texto aristotélico de fato é peculiar. Mas trata-se de uma peculiaridade muito especial. Bolotin pressupõe que os textos de Aristóteles tenham sido redigidos para serem lidos por um público universal, como se o senso comum do cidadão ordinário fornecesse o parâmetro para as acomodações e ardis retóricos do texto. Mas Bolotin nem sequer levanta a questão do estatuto desses escritos. Ora, hoje admite-se amplamente que eles seriam algo parecido com notas de aula (embora seja difícil definir com precisão a natureza dessas notas). Em vista disso, devemos perguntar: eles circulavam publicamente?

Qualquer cidadão interessado poderia ir à ágora obter o seu exemplar? E algum censor renhido, interessado em velar pelas crenças tradicionais, poderia ter acesso a ele?

Sejam quais forem as respostas a essas questões, o mais importante é o seguinte: o andamento argumentativo da *Física* não se pauta por um parâmetro de clareza pública. O estilo do texto aristotélico de fato pede um tratamento diferenciado: os argumentos são elípticos, a própria terminologia técnica parece inconsistente, etc. Mas o devido enfrentamento desse texto não se resolve pela premissa de que ele é um “autor” escrevendo para qualquer tipo de leitor. Pelo contrário, as elipses, aparentes extrapolações, falácias e inconsistências podem ser resolvidas na medida em que reconhecemos que o texto foi redigido com vistas a um público restrito, provavelmente os discípulos e ajudantes de Aristóteles, que, já devidamente familiarizados com o jargão e os temas recorrentes, poderiam rememorar os nexos argumentativos que Aristóteles freqüentemente deixa implícitos. Com tal precaução assumida metodicamente, o intérprete encontra a melhor medida para desemaranhar a “verdadeira doutrina” de Aristóteles e, o que é ainda melhor, para exercitar o seu próprio pensamento filosófico *com* Aristóteles.